

## Geddel Vieira Lima é preso por tentar impedir Cunha de delatar

O ex-deputado e ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) foi preso preventivamente, na tarde desta segunda-feira (3/7), por obstrução à Justiça. O juiz da 10ª Vara Federal de Brasília Vallisney de Souza Oliveira atendeu a pedido da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, que acusam o político de atrapalhar as investigações, trabalhando para impedir que o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Lúcio Bolonha Funaro firmem acordo de delação premiada.

Arquivo/Agência Brasil



MPF acusa Geddel de atrapalhar as investigações, trabalhando para impedir que Eduardo Cunha e Lúcio Funaro firmem acordo de delação premiada.  
Arquivo/Agência Brasil

Segundo a denúncia, Geddel tem atuado para assegurar que ambos recebam vantagens indevidas e, assim, mantenham-se em silêncio.

Entre os elementos apresentados pela Procuradoria para fundamentar o pedido de prisão estão informações fornecidas em depoimentos do próprio Funaro, suspeito de operar o esquema de Cunha, e também da colaboração premiada de Joesley Batistas, dono da JBS, e do diretor jurídico da empresa, Francisco de Assis e Silva.

São citadas conversas do ex-ministro com a mulher de Funaro, que teria sido procurada por Geddel no intuito de constranger o marido a firmar acordo de delação — ele entregou cópia dos diálogos à polícia. O juiz classifica esse fato como "gravíssimo" e aponto como uma das justificativas para decretação da detenção preventiva.

Os investigadores pediram a prisão como “medida cautelar de proteção da ordem pública e da ordem econômica contra novos crimes em série que possam ser executados pelo investigado”. Para eles, está claro que Geddel age para obstruir a Justiça e que se trata de uma pessoa com perfil de alguém que reitera na prática criminosa.

No MPF, as apurações são conduzidas pela força-tarefa da *greenfield*, que também é responsável pelas operações sépsis e *cui bono*.



Geddel é um dos investigados da *cui bono*, deflagrada em 13 de janeiro para apurar irregularidades em sua gestão à frente da vice-presidência de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, de 2011 a 2013.

As investigações tiveram início na análise de conversas registradas em um celular apreendido na casa do então deputado Eduardo Cunha. Nas mensagens, haviam indícios de que Cunha e Geddel faziam um esquema de troca de favores com empresas pela liberação de recursos em vários setores da Caixa Econômica.

Geddel foi ministro da Secretaria de Governo do presidente Michel Temer e deputado federal por cinco mandatos.

Ele deixou o governo Temer após ser acusado pelo então ministro da Cultura, Marcelo Callero, de estar pressionando a pasta para liberação de uma construção em área tombada.

O juiz, na decisão, reconhece que esse episódio não tem relação com a atual investigação, mas cita trecho do pedido do MPF em que é relatado o ocorrido. "Não é a primeira vez que Geddel tenta persuadir pessoas ou pressioná-las, conforme explana a autoridade policial", diz o juiz.

Com o político em liberdade, o risco às investigações é "iminente", sustenta Vallisney. O magistrado indeferiu pedido para realização de busca e apreensão nos endereços residenciais de Geddel. Ele autorizou, no entanto, a apreensão e a quebra de sigilo dos celulares dele.

Clique [aqui](#) para ler a íntegra da decisão.

#### **Date Created**

03/07/2017